

**REQUERIMENTO Nº                   , de 2017**  
**(Do Sr. Severino Ninho)**

Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater o anuncio do governo federal de transferir o controle da Eletrobrás para o setor privado.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater o anuncio do Governo Federal de transferir o controle da Eletrobrás para o setor privado.

Com o objetivo de buscar um posicionamento mais claro diante da situação da energia no Brasil, as consequências e seu impactos para o consumidor brasileiro, solicito sejam convidados:

- Excelentíssimo Senhor Fernando Coelho Filho – Ministro de Minas e Energia;
- Senhor Romeu Donizete Rufino - Presidente da ANEEL;
- Tribunal de Contas da União;
- Ministério Público Federal – 3ª Câmara Consumidor e Ordem Econômica;
- Senhor Arthur Luis Mendonça Rollo - Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

**JUSTIFICAÇÃO**

O governo federal anunciou no dia 21 de agosto que vai transferir o controle da Eletrobrás, estatal brasileira de energia, para o setor privado. O

argumento principal utilizado para justificar a venda é que a empresa acumula dívidas e ineficiência nos últimos anos.

O anúncio caiu como uma bomba, principalmente na Chesf, onde há um sentimento generalizado contra a privatização da empresa, sobretudo devido aos riscos que a privatização trará para o rio São Francisco e para sua transposição.

A privatização vem no momento em que o governo enfrenta a maior crise de contas públicas em pelo menos 20 anos. A Eletrobrás é responsável por 31% da geração e 47% da transmissão de energia no Brasil. Desde 2012 a empresa vem perdendo valor de mercado e acumulando prejuízos.

A proposta partiu do Ministério de Minas e Energia e em seguida foi analisada pelo Programa de Parceria e Investimentos, chefiado pelo ministro da Secretaria-geral da Presidência. O órgão, criado justamente para coordenar privatizações, aprovou rapidamente a transferência do controle da empresa.

A Eletrobrás, por ter ações negociadas em bolsa, informou o mercado de cada passo da negociação, mesmo os mais protocolares, como a avaliação do PPI. Seguindo os trâmites, o governo e a empresa informam que discutem agora como será feita a venda da empresa.

Durante a entrevista de anúncio, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, repetiu que a maneira como a empresa será vendida ainda não está definida. As possibilidades do governo, no entanto, são definidas pela chamada Lei da Desestatização, em vigor desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Os planos do governo Temer para privatizar a Eletrobrás têm um “efeito perverso” para ao consumidor. A conta de luz ficará até 16% mais cara, alerta feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em debates dentro do governo sobre o modelo privatizador. É o contrário das promessas do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, segundo quem a tarifa cairá.

A venda tem outro perigo. Poderá repetir-se o “apagão” de 2001, no fim do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. A gestão tucana desprezara o planejamento do setor, apostara no livre mercado, vendera várias distribuidoras de

energia e estas, por sua vez, só pensaram em grana. Sem a Eletrobrás nas mãos do Estado para agir em nome do interesse público, o risco renascerá.

Assim, se faz válido o pedido de Audiência Pública, o qual busca dirimir qualquer dúvida e obter maiores e mais corretas informações sobre o tema, para que não se permita que num futuro próximo haja prejuízo aos consumidores, que pelo jeito irá pagar a conta de novo.

Sala da Comissão, em      de setembro de 2017.

**Deputado SEVERINO NINHO**  
**PSB/PE**